

MAIS ONZE SUSPENSÕES NÃO NOS FARÃO RECUAR:

mantenhamos com firmeza a greve

Na segunda-feira, o CE fez sair mais onze processos disciplinares, com suspensão preventiva:

Ana Isabel Mesquita
António Manuel Melo
Isabel Faria
José António Duarte
Manuela Pires
Maria Clara Rocha dos Santos
Mária de Fátima Barbosa
Maria José Antunes Canas
Maria Julieta Alonso Antão
Maria Leonor Ferrão
Pedro Miranda

Se o CE, neste momento, não desiste da tentativa de esmagar toda a nossa luta, se antes pelo contrário ele se sente com força para continuar com as medidas que tem vindo a tomar é porque os estudantes de Ciências não souberam responder com firmeza quando se iniciaram as provocações das autoridades.

Nenhum estudante, excepto os fascistas, se colocará nunca ao lado das autoridades quando estas prendem e suspendem estudantes cujo "pecado" é o de manifestarem a sua justa revolta contra um assassinio e depois contra as medidas tomadas para travar essa revolta - precisamente as prisões e as suspensões.

A decisão tomada na FGA corresponde pois a esta posição dos estudantes.

Decidir uma greve pela libertação dos estudantes presos, pelo levantamento das suspensões e dos processos, pela retirada da polícia e do controle não basta.

É preciso empenharmo-nos no cum

primento desta greve e isso significa:

- recusarmo-nos a entrar nas aulas.
- esclarecer todos os colegas indecisos ou mal informados.
- impedir os furas de boicotarem as nossas decisões.

Só o cumprimento destas três condições poderá fazer com que a greve seja eficaz e pressione as autoridades não só a parar, mas a recuar nesta escalada repressiva.

Se mostrámos fraqueza não foi pois na decisão que tomámos, mas sim porque incorrecta e incoerentemente muitos estudantes ficaram em casa ou no café em vez de se integrarem em massa nos piquetes, fazendo assim o jogo das autoridades, permitindo o isolamento e a identificação destes pelos professores e contínuos pides.

Saibamos mostrar ao CE que quando tomamos uma decisão é porque ela é justa e a queremos levar até ao fim.

A única forma de o fazer é levarmos à prática a decisão de greve total. Isto garante-se se a camada de estudantes hesitantes, que neste momento continuam a querer apenas as suas aulas, procurar esclarecer-se e não tomarem a atitude comodista de seguir os furas mercenários, que única e exclusivamente estão lá para fazer parar a nossa luta.

Se todos os estudantes tomarem a posição de se esclarecerem e esclarecer os outros colegas só resta ao CE ceder ao que justa e correctamente exigimos ou suspender toda a Faculdade dando aulas apenas aos fascistas.

Particularmente os estudantes do

1º ano, que pela primeira vez estão na Faculdade, que acham que a greve é justa e correcta, pois não podemos consentir que funcionem aulas quando colegas nossos estão presos e outros expulsos, mas que continuam a seguir os furas, devem ultrapassar o seu individualismo e as pressões familiares ("vai às aulas senão...") não entrando para as aulas. Caso contrário, estão a trair toda a luta que os estudantes de Ciências têm vindo a travar pela libertação dos colegas presos e abolição dos processos disciplinares.

RGA = 5ª FEIRA

Impõe-se, neste momento, um esclarecimento sobre a data da próxima RGA pois isso tem suscitado uma série de dúvidas em alguns colegas.

A proposta que foi aprovada na última RGA (9/11) encarregava as Comissões de Curso da convocação da próxima reunião embora se dissesse que esta, em princípio, seria na terça-feira, 14. Na verdade as Comissões de Curso reuniram mas viram que a RGA não deveria ser na terça-feira por não haver possibilidades de até lá se fazer uma ampla convocação (pelo menos tão ampla como seria possível com mais dois dias) tanto mais que, por exemplo, os estudantes de Medicina e Farmácia, mais arredados da Faculdade que os outros, apareceriam em maior número na 4ª feira em virtude dos seus horários específicos.

E se, por um lado, o facto de a reunião ser convocada pela última RGA para um determinado dia (neste caso terça-feira) faria desde logo e em princípio a convocação das pessoas presentes - por outro lado, é correcto que façamos todos os esforços no sentido de conseguir, de facto, uma ampla convocação que leve à RGA um número bastante grande de estudantes de Ciências (bastante maior que nas últimas reuniões) para que as decisões aí tomadas sejam na prática e activamente (e não só passivamente) apoiadas por todos os nossos colegas - os nossos verdadeiros colegas, entenda-se. Isto é muito importante numa altura em que o C.E. procura afastar alguns estudantes

que defendem activamente o cumprimento das decisões que afinal são tomadas em reuniões gerais de alunos.

E isto consegue-se, fazendo tudo para que não haja nenhum estudante da nossa escola que não vá à RGA por não estar informado sobre a sua realização.

E foi por isso que as Comissões de Curso resolveram convocar a RGA para quinta-feira, 16.

Outra questão que importa esclarecer é a do sentido da greve decretada pela última RGA, pois muitos colegas parecem ainda ter dúvidas a este respeito.

A greve não é uma forma abstracta de luta ou uma simples "manifestação de protesto" de alguns dias. Não, a greve tem, neste momento, um sentido muito concreto - pela libertação dos estudantes presos, pela re-integração dos estudantes suspensos.

Está bem explícito no texto da proposta aprovada, no "considerando 6":

- "que nós não abdicamos da nossa luta, contra estas provocações do Governo e do CE, pela libertação dos nossos dirigentes e pela abolição dos processos disciplinares"

e no ponto 1:

- "os estudantes de Ciências decidem:

1. Recusar-se a ir às aulas, fazendo greve geral, como forma de luta até à libertação dos nossos dirigentes presos e até à abolição dos processos."

Alguns colegas têm inclusivamente afirmado que a greve foi aprovada apenas até à próxima RGA.

Isto é uma interpretação errada. Se assim fosse, se fosse esse o sentido da greve, provavelmente o próprio CE esfregaria as suas mãos de contentes: "eles agora fazem 4 ou 5 dias de greve e depois acalmam e esquecem os estudantes presos e os processos..."

O que acontece é que, neste momento, os problemas que nos atingem, ultrapassam em muito as questões específicas de cursos ou de cadeiras, isto é, dizem respeito a todos os estudantes da Faculdade; além disso, a situação da nossa escola evolui de semana para semana, até de dia para dia. Daí a necessidade de realização de RGAs para que os estudantes de Ciências discutam a evolução da situa-

ção da nossa escola evolui de semana para semana, até de dia para dia. Daí a necessidade de realização de RGAs para que os estudantes de Ciências discutam a evolução da situação e decidam as formas mais eficazes de continuação da luta, face às condições de cada momento da escola.

Isto é diferente de dizer-se que "a greve é só até ao dia x".

A posição correcta deverá ser:

Os estudantes de Ciências não pararão a sua luta pela libertação dos seus colegas presos e suspensos; e, neste momento, a forma de luta que adoptam é a greve geral às aulas.

ASSOCIAÇÃO - O QUE É?

INTRODUÇÃO

Dos estudantes que vêm este ano, pela primeira vez, para a Faculdade a grande maioria terá naturalmente uma noção muito vaga do que é verdadeiramente uma Associação de Estudantes, do que é afinal a actividade associativa.

Neste momento, este problema não se põe em geral para os restantes estudantes que ou têm já um contacto de alguns anos com a A. E. ou, pelo menos, e não obstante o encerramento das nossas instalações participaram no ano passado na intensa actividade associativa que se desenvolveu nos seus múltiplos aspectos e adquiriram uma certa experiência que daí inevitavelmente resultou.

No entanto, o esclarecimento dos nossos novos colegas é muito importante especialmente numa altura em que, como agora, as autoridades (académicas e não só) procuram por todas as formas mistificar essa actividade associativa dos estudantes com o fim de lhe cortar dentro da Faculdade o apoio dos mais inexperientes, e fora dela, da população em geral, que não é ainda e em muitos casos abrangida pela informação estudantil.

E eis outro factor a ter em conta: a influência que as famílias exercem sobre os estudantes e que adquirir maior vulto no que diz respeito aos que agora entram para a Faculdade, tentando persuadi-los (devido até ao que têm lido nos jornais e ouvido dizer) a "não se meterem em nada" e limitarem-se a preocupar-se com as aulas.

Transcrição do IMPROP 5 (Nov. 70)

I - PORQUE EXISTEM AS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES?

a) Carácter colectivo

O estudante, ao entrar para a Faculdade, para o liceu, etc, passa automaticamente a partilhar certos aspectos da sua vida pessoal, individual, com dezenas, centenas ou milhares de outros estudantes. Exemplifique-se para maior simplicidade, com os problemas que ele tem: referentes ao estudo de uma cadeira (disciplina) - há dezenas ou centenas de outros estudantes da mesma cadeira com esses problemas; referentes à organização do curso - compartilhados por outras centenas; referentes ao processamento e ao sistema de exames - compartilhados por todos os milhares de estudantes existentes!

O tratamento destes problemas não pode ser de modo algum (sob pena de ineficácia e ausência absoluta de significado) um tratamento individual, mas sim um tratamento colectivo; e a única forma de haver um tratamento colectivo é a organização dos estudantes em estruturas colectivas - estrutura de curso (problemas essencialmente de curso); Associações de Estudantes (problemas comuns aos estudantes da faculdade); Federação de Estudantes de Lisboa, União dos Estudantes Portugueses, etc.

Incorrem assim em grave erro aqueles que insistem numa atitude individualista.

b) O carácter de defesa dos interesses comuns (sindical)

O estudante depara com toda uma série de problemas na sua vida da Faculdade (que não se pode entender como estanque e separada de todos os outros aspectos da sua vida pessoal) que chocam frequentemente com os seus interesses. Mas a resolução desses problemas não está normalmente ao seu alcance tal como: legislação nacional, definição de uma política de verbas, de reformas, gestão da Universidade, etc, são atributos que não lhe pertencem e dos quais são muitas vezes brutalmente afastados e impedidos de fazer valer os seus pontos de vista (afinal, os dos mais directos interessados!).

Simultaneamente, e para melhor conseguir este afastamento dos estudantes da resolução dos seus próprios problemas, estes são sujeitos a todo um estilo de ensino que cria entre professores e alunos uma autêntica relação de subserviência, desde a escola secundária. O aluno não é levado a encarar formas de resolver as suas questões referentes ao ensino dum forma activa, em que ele próprio, com os seus colegas igualmente atingidos, estudam o problema e resolvem-no ou exigir claramente que ele seja resolvido (lutando resolutamente por isso); bem pelo contrário, a mentalidade adquirida leva-os mais facilmente a encarar o problema dum forma passiva, individualista - por exemplo: resolver uma questão conquistando as boas graças do professor (...) etc, ou então, conformando-se apáticamente com o "inevitável".

Os estudantes que vão rompendo com a mentalidade passiva e adquirindo uma atitude positiva, actuante, sentem automaticamente a necessidade de uma organização verdadeira e exclusivamente sua, com a qual possam defender e lutar pelos seus interesses colectivos - organização esta em perfeita autonomia face a quem quer que seja que não os próprios interessados.

É bem visível que uma organização estilo Mocidade Portuguesa que constitui "a ala juvenil" do partido único (o governamental...) - e isto foi afirmado pelo próprio partido governamental - que é dirigida por uns "moços" de idade já respeitável e que de estudantes pouco têm, etc, etc, etc, não serve.

Essa organização estudantil, autónoma, de defesa dos interesses colectivos destes, consagrém-na os estudantes: a ASSOCIAÇÃO.

c) O carácter formativo

Na sequência das alíneas anteriores, o problema situa-se pelo estatuto de irresponsabilidade que o Ensino em Portugal atribui ao estudante; e isto é bem expresso pelo conteúdo e pelos métodos desse ensino.

A única forma de o estudante romper com tal estatuto é lutar pela aquisição de um nível cultural bastante mais elevado, que lhe permita um grau de conhecimentos gerais e de capacidade crítica suficiente para ver claro a "terra que pisa"; e assim aperceber-se conscientemente das verdadeiras origens dos problemas com que depara, da sua verdadeira natureza, e não engolir facilmente uma visão mistificada e falsa que lhe impingem.

Informação crítica, sem censura, do que se passa na realidade interna e externa à Universidade, estudo claro dos diversos problemas estudantis e da restante população, análises, debates livres e francos sobre a política económica e política universitária que é seguida (para ver a razão de ser das deficiências do ensino p. ex.), etc, são coisas imprescindíveis a uma formação integral do indivíduo e que a Faculdade não dá ao estudante: para isso, ele cria a Associação.

II - CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES (AAEE)

Princípios gerais e funcionamento

Como se pôde já ver em parte, o nascimento de uma Associação nestes moldes, que seja de facto um organismo de estudantes para seu próprio uso, não pode deixar de ter um determinado número de características gerais perfeitamente imprescindíveis; essas características é de uso chamá-lhes os Princípios Gerais do Movimento Associativo.

Democraticidade interna absoluta

Apenas um organismo em que os estudantes tenham todos os mesmos direitos, pode ser verdadeiramente representativo dos seus interesses; isto é mais que óbvio. Este princípio implica que não exista de forma alguma poderes hierárquicos ou dirigentes não controlados pelos estudantes; assim qual quer dirigente associativo deixa de o ser quando os estudantes resolverem demiti-lo.

Por outro lado, todas as decisões representativas têm de ser tomadas em reuniões de acordo com o método democrático. 1º- todos os estudantes são convocados com antecedência e com conhecimento do assunto que se vai tratar; 2º- todos os estudantes têm o mesmo direito de intervir e participar na reunião; 3º- as decisões são tomadas por maioria, e, até nova reunião, a minoria não pode prejudicar os interesses da maioria e fica vinculada a essas decisões; 4º- as decisões são tomadas após serem discutidas; e na discussão deve-se fazer o possível para se conseguir o apoio de toda a gente.

O funcionamento democrático da Associação implica ainda que os estudantes se defendam resolutamente daqueles indivíduos que tentam deliberadamente destruir a democraticidade das decisões e sobrepor a vontade pessoal à vontade da maioria; pois muitas vezes basta a atitude anti-democrática de meia dúzia para que todos sejam seriamente prejudicados.

Apoliticidade e Arreligiosidade

Um organismo que englobasse apenas os estudantes de uma determinada concepção política ou religião não podia de modo algum ser representativa da globalidade dos estudantes. Eis por que as Associações não podem deixar de ser apolíticas e arreligiosas.

Não confundir apolítico com "não tocar em política"! As Associações de estudantes são organismos livres; quando os estudantes quiserem discutir questões políticas, discutem - quando não quiserem, não discutem.

Representatividade

Para que as Associações possam ser representativas, não podem defender só os interesses dos seus sócios (que têm no entanto regalias económicas) mas sim de todos os estudantes - como é óbvio.

Vejamos como os estudantes, no decorrer da sua mais recente série de amplas discussões gerais sobre o Movimento Associativo (1), expuseram estes princípios gerais:

"... como movimento sindical, o Movimento Associativo Português defende como princípios gerais:

1) A neutralidade política e religiosa, entendendo-se não como indiferença perante os problemas nacionais e internacionais, mas como única base correcta para a unidade integradora de todos os estudantes, quaisquer que sejam as suas concepções políticas e religiosas.

Nesta base, o Movimento Associativo, como movimento sindical, ficará livre de assumir todas as atitudes políticas e religiosas que os seus membros democraticamente o venham a exigir, ressalvando porém, como limite na fase actual, a defesa da legalidade do próprio MA.

2) A unicidade e representatividade, isto é, que os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma Associação unitária que represente os interesses de todos os estudantes e não apenas sócios das AAE.

3) Democraticidade, que assegura a eleição de todos os cargos dirigentes, que implica a participação activa de todos os estudantes na vida associativa, que dá efectiva extensão de poder deliberativo a todos os estudantes, que controla todas as funções de Direcção por parte de todos os estudantes."

(1) - "Declaração de princípios" saída do IV Seminário de estudos Associativos.